



ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Jequitinhonha - Núcleo de Apoio Regional de Capelinha

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0017200/2024-39

A Supervisora Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Jequitinhonha**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO		
Dispensada de Licenciamento Ambiental	2100.01.0017200/2024-39	Núcleo de Apoio Regional de Capelinha / URBio Jequitinhonha / IEF		
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Nome: <b>Vicente Vieira Rocha</b>		CPF/CNPJ: <b>677.285.376-87</b>		
Endereço: <b>Rua Tino Gomes, 231.</b>		Bairro: <b>Povoado de Contrato.</b>		
Município: <b>Itamarandiba.</b>	UF: <b>MG</b>	CEP: <b>39.670-000</b>		
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>				
Nome: <b>Vicente Vieira Rocha</b>		CPF/CNPJ: <b>677.285.376-87</b>		
Endereço: <b>Rua Tino Gomes, 231.</b>		Bairro: <b>Povoado de Contrato.</b>		
Município: <b>Itamarandiba.</b>	UF: <b>MG</b>	CEP: <b>39.670-000</b>		
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>				
Denominação: <b>Fazenda Porteiras - Monjolos.</b>		Área Total (ha): <b>153,5248</b>		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): <b>10.930, Lv. 02 , CRI de Itamarandiba.</b>		Município/UF: <b>Carbonita/MG</b>		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): <b>MG-3113503-1BA1.BA97.360E.4A45.90CE.5E13.51FF.635E</b>				
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un		
<b>Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo (CONVENCIONAL)</b>	<b>74,6926</b>	<b>Ha</b>		
<b>Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo (CORRETIVA)</b>	<b>9,9842</b>	<b>Ha</b>		
<b>5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)		
<b>Silvicultura</b>	<b>G-01-03-2</b>	<b>83,0135</b>		
<b>Cafeicultura</b>	<b>G-01-03-1</b>	<b>1,6633</b>		
<b>6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Biotopo/Transição entre Biotopos	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)

Cerrado	84,6768	Sentido restrito	não se aplica	84,6768
Total:	84,6768		Total:	84,6768

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Lenha de floresta nativa (área convencional)	342,1271	M³
Lenha	Lenha de floresta nativa (área corretiva)	45,7323	M³
Total		387,8594	M³

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA
Daniel Junio de Miranda – MASP 1176556-7
Data da Vistoria: 29/08/2024

9. VALIDADE	
Data de Emissão: 16/01/2025	Observações:
Validade: 3 (três) anos a partir da data de sua emissão.	ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo (CONVENCIONAL), - 74,6926 ha	SIRGAS 2000	23 K	714.792	8.049.032
Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo (CORRETIVA) - 9,9842 ha	SIRGAS 2000	23 K	714.461	8.049.209

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)
<b>Medidas Mitigadoras Propostas:</b> 1- Manter a conservação e proteção da sua área de Reserva Legal (RL) e a área de Remanescente de vegetação nativa. 2- Águas de chuvas devem ser direcionadas a caixas de contenção. 3- Implantação da cultura realizada em curto período de tempo em relação ao início das operações de retirada da vegetação. 4- Manutenção dos equipamentos deverá ser realizada preventivamente por profissionais treinados fora da área de intervenção ou de vegetação nativa. 5- A supressão da vegetação nativa deverá ocorrer em sentido único, facilitando o afugentamento da fauna para áreas adjacentes. 6- A atividade de Supressão da Vegetação deve ser acompanhada por uma equipe técnica específica e habilitada para tal. 7- Deverá ser estritamente proibido o uso de fogo nas atividades de limpeza de área. 8- O pessoal contratado para essa atividade, deverá ser informado de que é proibido caçar, molestar a fauna, pescar ou retirar material da flora para comercialização e/ou uso próprio. 9- Executar ações direcionadas à educação ambiental aos funcionários. 10- Demarcação física da área pretendida para intervenção para prevenir a invasão e destruição de vegetação em área não autorizada. 11- Demarcação física da área do raio de proteção das espécies ameaçadas e imunes para se evitar a supressão ou danos físicos a estes indivíduos. <b>Medidas Compensatórias:</b> Não se aplica.

12. OBSERVAÇÃO
Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da condicionante	Prazo*
1	Executar todas as medidas mitigadoras propostas no PIA e no Parecer Técnico	Durante a vigência do AIA.
2	Não realizar a supressão da vegetação nativa dentro do raio de proteção referente às espécies protegidas conforme Plano de Conservação do <i>Caryocar brasiliense</i> e <i>Handroanthus ochraceus</i>	Perpétuo.
3	Executar o Programa de Afugentamento, de acordo com o disposto em termo de referência específico disponível no site do IEF, conforme §2º, do artigo 20 c/c o §4º, do artigo 19 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021, com as atualizações introduzidas pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.162/2022.	Concomitante à supressão da vegetação nativa.
4	Apresentar relatório técnico, comprovando as ações executadas no Programa de Afugentamento, conforme especificado na condicionante X. O relatório deve ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica.	Até 30 dias após a supressão da vegetação nativa.
5	Realizar o Cadastro de Plantio conforme §1º, artigo 1º da Portaria nº 28/2020.	Até 1 ano após a implantação da silvicultura.
6	Obter no portal Ecossistemas / Sistema de Licenciamento Ambiental o registro de extrator de produto florestal, conforme Portaria IEF nº 125/2020	Anteriormente à supressão.

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Piedade Alves Machado, Supervisora Regional**, em 16/01/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **105532572** e o código CRC **D8E19F23**.